

RUBEM BRAGA E AS CRÔNICAS PUBLICADAS NO *IMPARCIAL* EM 1938

Anelize Vergara (UNESP/ Assis)¹

Resumo: O presente artigo tem por finalidade a análise das crônicas publicadas por Rubem Braga durante o período do Estado Novo. A colaboração do cronista durante este período foi extensa e concentrou-se principalmente em revistas de caráter esquerdista e que faziam oposição a Getúlio Vargas. No entanto, a colaboração num jornal alinhado com as políticas governamentais chama a atenção: publicando sob o pseudônimo de Chico, Rubem tecia críticas e comentários à condição política e social da época. Trata-se, portanto, de analisar como tais comentários eram feitos mesmo sob vigilância constante da censura.

Palavras-chave: Rubem Braga; crônica; censura; Estado Novo.

1. Chico e *O Imparcial*

Frente às dificuldades para continuar trabalhando na imprensa durante a década de 1930, Rubem Braga precisou valer-se de diferentes pseudônimos, como José Bispo, M. de Carvalho, ou simplesmente R. Foi o que ocorreu numa das colaborações de Rubem logo após a instauração do novo regime, no ano de 1938.

O Imparcial foi um jornal carioca diário e matutino, lançado em maio de 1935, por José Soares Maciel Filho, sucessor de *A Nação* e que deveria ser porta-voz do governo, mas acabou por se transformar, ao longo dos meses, num instrumento de violentos ataques à Vargas (Abreu 2001: 3329). Por dispor de poucos recursos financeiros, tinha composição gráfica simples, entre doze e quatorze páginas, além de escassas propagandas. As reportagens abordavam os assuntos em voga no momento

¹ Mestranda em História e Sociedade, Programa de Pós Graduação em Identidades, Etnicidades e Migrações, Universidade Estadual Paulista, Licenciada em História. FAPESP. E-mail: ane.vergara@hotmail.com.

e consistiam, basicamente, de entrevistas com personagens políticas ou pessoas em evidência. Uma destas reportagens de destaque foi a entrevista com Herculino Cascudo, presidente da ANL. Embora não apoiasse a entidade, o jornal terminava a reportagem considerando-a útil e uma “vanguarda de luta contra os integralistas”.

No entanto, ao longo do ano de 1937, a linha política do jornal, considerada liberal, acabou por se alterar diante do clima de suposta ameaça comunista. Maciel Filho, por meio dos editoriais de *O Imparcial*, deu início, a campanha de alerta contra o “perigo vermelho”, que se intensificou a partir de setembro, com a divulgação do suposto Plano Cohen, “descoberto” pelo Exército. Neste contexto, o periódico reivindicou a reinstalação do estado de guerra, considerando a medida essencial para a salvação do país.

Assim, no início de novembro de 1937, o jornal emprestou apoio a Vargas, saudou a decretação do Estado Novo e exaltou a figura do novo presidente apresentado como a de um grande estadista. Ao longo do período estadonovista, o jornal continuou a apoiar Getúlio Vargas, que sempre figurava como um grande líder. Durante a Segunda Guerra Mundial, o jornal voltou sua atenção ao combate dos países do Eixo e deu seu apoio aos Aliados. Em 14 de fevereiro de 1942, através do editorial *A despedida*, Maciel Filho anunciou o fechamento do jornal, supostamente provocado pelas grandes dificuldades financeiras trazidas pela guerra.

Embora fosse liderado por Maciel Filho, o expediente de 1938 e 1939 anunciava como diretor Victório E. Pareto e como gerente Orlando S. Maciel. *O Imparcial* tinha sucursal em São Paulo, onde também foi distribuído. Vale ressaltar que Maciel Filho ocupou espaço de importância no campo político durante o Estado Novo, tendo sido membro do Conselho Nacional das Águas e Energia Elétrica (CNAEE) em 1939, além de integrar o Conselho Nacional do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) entre os anos de 1940 a 1945. Tais dados são de extrema importância e não podem ser desconsiderados ao compreendermos a linha editorial do jornal.

A seção *Grypho 7* constituiu-se por 83 crônicas, publicadas em 1938, e de outras 80, no ano seguinte, totalizando 163 textos. Geralmente localizadas na página cinco, teve como característica singular dividir a página com o editorial de Maciel Filho. Note-se que, até então, as colaborações de Rubem figuravam em publicações que faziam oposição ao regime de Vargas e tinha em seu rol de colaboradores intelectuais e literatos considerados de esquerda. A revista *Problemas*, a *Revista Acadêmica*, jornal *Dom Casmurro* e a revista *Diretrizes* formavam um conjunto que foi totalmente distinto do conteúdo que era publicado no jornal *O Imparcial*.

Em sua carteira profissional datada do ano de 1939, entre os vários empregos, consta o registro no jornal no dia 8 de julho de 1938, no entanto, sua primeira colaboração data do dia 1º de setembro, no número 1003². A autoria do pseudônimo pode ser confirmada num anúncio feito na *Revista Acadêmica* do ano seguinte, que explicou os motivos da saída repentina de Rubem da publicação e acabou afirmando que o cronista colaborava simultaneamente em ambos os impressos:

² Dados encontrados no arquivo de Rubem Braga na Casa de Rui Barbosa. Documentos pessoais e biografia. Folha intitulada “Dados Biográficos”. A descrição do conteúdo de sua carteira profissional também afirma que o escritor recebia 500\$000 pelo cargo de redator.

Por muito tempo, Rubem Braga manteve uma crônica diária no matutino “O Imparcial”, que assinava com o pseudônimo “Chico”. Assim, por volta das quatro, ele chegava aqui na redação desta Revista e deixava-se ficar em conversa até que, pelas cinco horas, sentava-se na máquina, aproveitando muitas vezes assuntos tratados ali mesmo, e fazia o seu “Grypho 7”. Quando Rubem não vinha, não saía sua crônica no dia seguinte. Isto aqui era sua “tenda árabe” [...] Com a partida do cronista para o sul esta [a crônica] irrevogavelmente inacabada e assim a publicamos [...] (*Acadêmica*, s/p, n. 45, ago, 1939).

Ao analisarmos o conjunto destas crônicas, é possível observar claramente que estas se articulam e representam um importante testemunho da conjuntura nacional e do posicionamento de Rubem diante dos acontecimentos de seu tempo.

O ano de 1938 contou com 83 crônicas publicadas ao longo de setembro a dezembro. As crônicas são diárias, no entanto, cerca de uma ou duas vezes no mês, Braga não publicou, em sua maioria aos domingos devido aos números do jornal que eram diferenciados neste dia e tinha suas colunas habituais suprimidas também.

Para melhor análise das crônicas levantadas, foi necessário organizar o material em tabelas de acordo com as temáticas consideradas centrais em cada crônica. Além disto, as crônicas serão divididas por estas rubricas a fim de que a compreensão da análise seja feita de forma clara. Primeiramente, serão analisadas as crônicas publicadas em 1938, para, em seguida, as crônicas de 1939 como melhor forma de organização. A seguir apresenta-se uma possibilidade de organização deste conjunto:

Tabela 1
 1938

Assunto	Set	Out	Nov	Dez
Política Internacional				
Política Nacional				
Literatura				
Intelectuais e o Poder				
Crítica Social				

Vale ressaltar que as rubricas da tabela foram elaboradas a partir da leitura e fichamento das crônicas, que foram separadas segundo a relevância das temáticas abordadas. É preciso ressaltar que, como é típico do gênero, a crônica distingue-se pela abordagem de vários assuntos num único texto, “o cronista começa a falar de um tema (ou sub-tema) e acaba nos conduzindo a outro tema bem mais complexo, embora nem sempre imediatamente percebido por nós” (Sá 1985: 20).

As rubricas Política Internacional, Política Nacional e Intelectuais e o Poder, constituem-se nas mais quantitativamente representativas. Dentre os temas que compõem estes assuntos, estão os acontecimentos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Civil Espanhola, o acordo de Munich, Hitler e a Alemanha, em suma, assuntos sobre a ameaça de um conflito. Além disso, Chico comentou sobre novos decretos do regime estadonovista, sobre a censura, além de sempre destacar o papel do intelectual engajado. As categorias seguintes - Literatura e Crítica Social se constituem por assuntos que surgiram algumas vezes dentre as crônicas como comentários, mas que também não deixam de serem pertinentes.

Com relação à política nacional, pode-se afirmar que Rubem teceu muitos comentários, no entanto, a maioria deles estava relacionada a crítica ao movimento integralista ou a influência nazifascista. Muito embora, quando iniciou sua colaboração em setembro de 1938, a Ação Integralista Brasileira já estivesse sido fechada pelo regime, as críticas ao movimento e a ameaça das influências na política do país geralmente faziam analogias ao que ocorria na Europa com os movimentos fascistas e nazistas.

Ao comentar sobre o *putsch* ocorrido no Chile naquele ano, Rubem não deixou de citar os integralistas, além de mostrar preocupação com a possível influência no Brasil:

A gente vê como andou certo o nosso governo dissolvendo o partido nazista que fazia seus desfiles em S. Paulo e os integralistas, que usavam camisa parda por baixo da camisa verde. Lá e cá, o mesmo. O último *putsch* chileno serve para nos instruir e nos por em guarda contra o “intercâmbio cultural” com os nazistas, contra os quistos nazistas do Sul, contra a penetração do imperialismo na vista e contra a inconsciência dos brasileiros que se desmancham em hinos à Alemanha. Somos gente que não vale nada. Tenhamos um pouco de cuidado com esses arianos puríssimos, raça de super-homens que pretendem civilizar este nobre país. (Braga 1938a: 5)

Quase um mês depois, Rubem também mostrou-se preocupado com as influências nazistas. Segundo a crônica, o editorial do *Correio da Manhã* do dia anterior teria chamado a atenção para o perigo que a “doutrina nazista” teria para o Brasil. A crônica alerta aos perigos de uma invasão no país:

A realidade é esta: grandes e ricos trechos do território nacional são habitados por alemães e filhos de alemães, uns e outros nazistas. O chefe desses homens é o Sr. Hitler, e o Sr. Hitler defende a “doutrina” de que devem pertencer à Alemanha os territórios habitados por uma maioria alemã. Existe, portanto, um perigo. Não é de imediato, porque no momento o Sr. Hitler está se fortalecendo. Já avançou na Áustria, já avançou nos sudetos. Quer avançar agora nas colônias de Portugal. Avançará amanhã, e fatalmente no Brasil.

E continua afirmando:

Há um quisto no Brasil. Só não enxergam esse quisto alguns remanescentes do integralismo e alguns jornalistas venais que vivem a soldo do nazismo querendo desviar a atenção dos brasileiros para o “perigo semita” e outros bons negócios. [...] Agora a questão é simples e pode ser resolvida aqui dentro de casa. Parece que por enquanto quem manda no Brasil são os brasileiros. Tudo se resume assim: não queremos “anchluss” não tenhamos “sudetos”. Com um pouco de energia e sem nenhuma complicação internacional podemos evitar o perigo [...]. (Braga 1938b: 5)

É interessante notar que Braga não deixou de criticar e citar os integralistas, além de jornalistas que fossem alinhados com os movimentos de extrema-direita. Embora com suas particularidades, além do Brasil, outros países da América Latina também sofreram influência dos ideais nazifascistas.

A influência dos movimentos de extrema direita foi constante preocupação e motivo de crítica nas crônicas. Em 18 de abril de 1938, entrou em vigor um decreto-lei que proibia estrangeiros residentes no país de exercer qualquer atividade política ou de tomar parte em negócios públicos, o que incluía a organização de desfiles, passeatas, comícios ou, ainda, de serem proprietários de jornais, revistas e outras publicações.³ O decreto foi o mote, para que Rubem, mais uma vez, criticasse a influência estrangeira no país. Rubem concorda com o decreto e aproveita para refletir sobre o caso, afirmando que embora se diga que houve muitos progressos pelos estrangeiros, não significa que estes sejam avançados, uma vez que propunham ideias contra outras “raças”:

O decreto do governo vem muito a propósito, no momento em que se debate em Lima a proposta brasileira que não reconhece minorias raciais na América. Temos sido nesse assunto, displicentes e errados. Certos fatos da política internacional alertaram a tempo as nossas autoridades. Vamos nacionalizar o Brasil. Somos um país fraco. Tão cedo não seremos fortes como as grandes potências. Mas, o caminho é este: começa sendo nós mesmos. Venham para cá os estrangeiros. Somos amigos de todas as raças. Achamos que todo o bicho humano é mais ou menos igual a outro bicho humano. Mas aqui é Brasil. Não queiram nos “civilizar”. Isso aqui pode ser desorganizado. Pode ser que muita coisa aqui esteja errada. Pode ser que sejamos um povo mestiço e por estes motivos nos chamem de inferior. Mas, nós somos nós mesmos, e isto aqui por enquanto é nosso. Isto aqui é Brasil. (Braga 1938c: 5)

Rubem tentou alertar o leitor para a aproximação dos regimes no país e o integralismo serviu como analogia para comentários que diziam respeito aos movimentos fascistas e nazistas. Muito embora elogiasse a atitude do governo, isto era feito a fim de alertar indiretamente outros tipos de manobras que pudessem

³ Trata-se do decreto-lei de n.383 de 1938.

trazer influências da extrema direita ao país. A ideia de que o Brasil pudesse passar para mãos de integralistas e seus simpatizantes parecia-lhe intolerável, por isso, a presença da exaltação do nacionalismo e da nação.

Finalmente, numa crônica de dezembro, a mais longa daquele ano, Braga citou a prisão de um homem que fingira ser padre ao arrecadar dinheiro para católicos perseguidos e exilados por nazistas. Segundo o cronista, o aparecimento de uma lista na qual constava o nome dos doadores que foram lesados por parte do falso padre, mostrava que a grande maioria deles eram estrangeiros e, destes, boa parte eram judeus:

Foi preso um homem que se vestia de padre para ganhar a vida. Chama-se Newton Lyrio dos Santose arrecadou dinheiro para os católicos perseguidos e exilados pelo nazismo. Diz o jornal que o falso padre é bacharel, bacharel de verdade pela Faculdade de Niterói, o que não deixa de ser interessante. Pelo menos é preciso notar que até hoje nenhum padre se vestiu de bacharel para arranjar dinheiro – o que indica as pequenas possibilidades financeiras da classe dos homens de lei. Mais admirável ainda na história é a lista, que vejo no jornal, de algumas das pessoas que foram lesadas pelo homem: Hebert Bresler, em 3.500\$, Eric Dankerk, em 2.000\$, Augusto Loshenstein, em 2.000\$, A. Meyer em 700\$. Como se vê, são quase todos nomes estrangeiros – e desses cinco nomes citados – os três últimos – se poder dizer com segurança que pertencem a judeus. Assim o falso padre, querendo arranjar dinheiro para os católicos perseguidos, se dirigia aos judeus. Os outros nomes, caso não sejam de judeus alemães são, nitidamente de alemães. De onde se vê que os homens perseguidos pelo nazismo podem encontrar apoio entre os alemães.

E, continua seus comentários, desta vez atacando os integralistas:

O integralismo, com seu espírito de imitação, conseguiu meter na cabeça de alguns ingênuos brasileiros o anti-semitismo, pintando o judeu como monstro sem entranhas, voraz usurário. Esse “conto do vigário” vem mostrar que estes “monstros”, embora completamente estranhos a uma religião – em nome da qual, aliás, já foram há tempos queimados vivos – levam seu instinto de solidariedade a ponto de auxiliar os homens dessa religião vitimados pela fúria reacionária de um governo pagão. (Braga 1938d: 5)

A política nacional também foi fruto de discussões e comentários na sessão *Grypho 7*, embora o cronista o fizesse com mais cautela, envolvendo-se em discussões sobre novos decretos em voga, além de novas proibições e da censura. Uma das temáticas abordadas foi a questão do divórcio. Sabe-se que em 1916 com o código civil foi instituído o desquite, que permitiu a pôr fim à sociedade conjugal. No entanto, este apenas autorizava os conjugues a separação do regime de bens,

permanecendo o vínculo matrimonial, principalmente aquele reconhecido pela Igreja Católica. O divórcio foi instituído oficialmente apenas em 1977.

Em novembro, Rubem comentou sobre um inquérito publicado no jornal *O Globo* a respeito do divórcio. Para o cronista o inquérito teria apenas questionado pessoas contrárias ao divórcio e não publicou opiniões adversas. Afirma então que se coloca a favor do divórcio e, mais uma vez, critica a Igreja:

[...] Ora está visto que o inquérito não adianta nada. Houve o boato de que o governo ia fazer, em 10 de novembro uma lei permitindo o divórcio. Esse boato já foi desmentido e desmoralizado, como tantos outros. A discussão portanto, chega tarde. Além do mais essa espécie de inquérito é mais um divertimento jornalístico, um numero de variedades da reportagem que propriamente um meio de sondar opinião. [...] É verdade que a Igreja é contra o divórcio. Mas acontece que os católicos teriam a mais completa liberdade de não se divorciarem, como qualquer pessoa tem em qualquer país do mundo. (Braga 1938e: 5)

Outra polêmica na qual Braga comentou foi a possível proibição dos jogos de azar, mais especificamente do jogo do bicho. Ainda no mesmo mês, Rubem afirmou que não havia nada de imoral com relação ao jogo e aproveitou-se para criticar os bancos, que lucravam dando dinheiro ao jogo:

Não sou contra o jogo. Pode dizer que ele é imoral. Mas eu creio que neste baixo mundo em que vivemos o moral é qualquer coisa de tão vaga e relativa que um homem relativamente honesto deve ter um pouco de remorso de incomodar os outros em nome da moral. Jogo e jogo roubado, existe sob varias formas, as mais legais e austeras. [...] Por mais que me esforce, não consigo achar nada de imoral nem de ruim no jogo em si mesmo. Se os lucros dos banqueiros fossem dados à parte da multidão que joga, o jogo seria, talvez, a única atividade realmente boa. Transformaria a ambição de ganhar em ato de solidariedade humana. (Braga 1938f: 5)

As crônicas de Braga também se apoiaram na crítica a censura e ao “excesso de ordem” sob qual o país foi atingido. Em crônica de 20 de novembro, aproveita-se de uma suposta matéria dos jornais, para criticar a censura. A matéria dizia respeito às mulheres que trabalhavam no Departamento de Ordem Política e Social e que teriam sido afastadas por dar declarações à imprensa sobre o trabalho no órgão:

A policia do Estado do Rio está utilizando varias mulheres como investigadoras na Ordem Política e Social. Uma dessas investigadoras, a Sra. Isa Belivacqua, fez declarações à imprensa. Contou varias coisas. E, foi, por causa disso, suspensa por dez dias pelo chefe de Polícia. Com esse nome próprio para palavras cruzadas e esse sobrenome de jurista, a policial fluminense foi castigada por indiscreta e faladeira. [...] Há

excesso de ordem no mundo. Implantai dentro de nós a desordem fecunda e viril, a desordem dos sentimentos, a desordem que é a sabedoria. (Braga 1938g: 5)

Para o cronista, as mulheres não deveriam fazer parte de tal órgão, e ironiza afirmando que integralistas, comunistas ou grevistas poderiam engana-las ao corteja-las. Assim, seu trabalho seria sem efeito e finaliza afirmando que há excesso de “ordem no mundo”. Outra crônica, que abordou o mesmo tema, usou como mote a peça de teatro de Mauricio Goulart, colega de Rubem e que, posteriormente, ajudou a financiar a revista *Diretrizes*. A “A Branca de Neve” foi elogiada, no entanto, a narrativa de Rubem leva logo a crítica:

O Mauricio fez uma espécie de versão carioca do conto dos irmãos Grimm. A música, por isso mesmo inclui a macumba e o swing – um pouco da religião triste dos negros dos morros e da inquietação sensual das pequenas de Copacabana. [...] A “Branca de Neve” que Mauricio Goulart criou tem qualquer coisa de contundente, na sua ironia e na sua delicadeza. Sob o ponto de vista da moral, estética é dissolvente. Que ninguém se assuste : não é dissolvente dos costumes. E só por isso não é sublime – pois haveria coisa mais sublime que dissolver os nossos costumes? São quase todos, maus costumes. O bom costume é viver a vida. E os nossos costumes são quase todos no sentido de proibir a vida, de disfarçar a vida, de aborrecer a vida. (Braga 1938h: 5).

As crônicas de Braga pouco mencionaram a figura de Getúlio, e, quando o fizeram, foi com muita cautela. Quando de um ano do golpe, a crônica do dia seguinte mencionava o discurso de Getúlio à nação e os comentários do presidente sobre o uso do capital estrangeiro:

Na sua entrevista de ontem o Sr. Getúlio Vargas disse, a respeito do capital estrangeiro: “Só nos pode interessar, sem duvida, a inversão de recursos financeiros. Queremos, porém, que eles se fixem e produzam, enriquecendo os seus possuidores, mas também enriquecendo a nossa economia. Os capitais cuja renda emigra totalmente são um instrumento passivo e, às vezes, negativo na marcha do progresso nacional. Como tais podemos classificar os que se limitam a recolher juros e dividendos, que onerem permanentemente a balança de pagamentos”.

Para Rubem, a afirmativa de Getúlio leva a crer que o capital estrangeiro deva ser usado de forma consciente, aceitando o capital vindo do exterior, mas não de qualquer lugar e apenas aquele capital. E continua a análise:

O que não está certo é que milhares de brasileiros trabalhem rudemente numa determinada empresa, com magros salários, para que a maior parte do produto desse trabalho vá aumentar o luxo de alguns

cavaleiros confortavelmente instalados em capitais distantes. [...] Na sua entrevista diz ainda o presidente Vargas que o Brasil não pode se enquadrar na classificação de país “semicolonial”. Essa afirmação envolve uma promessa de tal ordem que para nós é o que há de mais importante em toda a enorme entrevista. Realizar isso – mostrar que de fato o Brasil não é um país semicolonial – seria realizar uma revolução, a primeira revolução na América do Sul. (Braga 1938i: 5)

Um ano após a decretação do Estado Novo, Getúlio dava as diretrizes básicas do seu governo e a questão do capital estrangeiro foi de fundamental importância para um plano maior que viria a ser seguido. A aposta de Vargas foi num desenvolvimento mais autônomo, diante da conjuntura internacional de crises financeiras e da ameaça de um suposto conflito mundial, mas sem deixar totalmente o capital externo. Assim, medidas para mobilizar o capital nacional foram sendo tomadas aos poucos, e incluíam articular um esquema de financiamento interno instituído juntamente com o monopólio do câmbio para formar um fundo de investimentos governamentais. (Corsi 2007: 254)

Ao mesmo tempo em que Vargas procurou mostrar uma postura nacionalista, também buscou por capitais externos: “este seria bem vindo desde que respeitasse as leis brasileiras e contribuísse para o desenvolvimento do país”. (Corsi 2007: 254-255)
 Nas palavras de Vargas:

Tem-se afirmado, levemente por certo, que o governo do Brasil impede, ou dificulta, a entrada das reservas financeiras que procuram, entre nós, aplicação remunerada. Não é verdade. Aquilo que fazemos questão, e temos o direito de o fazer, é que os capitais aqui invertidos não exerçam tutela sobre a vida nacional, respeitem as nossas leis sociais e não pretendam lucros exorbitantes, próprios das explorações coloniais ou semicoloniais. Preciso é reconhecer que o Brasil não se enquadra nessa classificação... Só nos pode interessar, sem dúvida, a inversão de recursos financeiros. Queremos, porém, que se fixem e produzam...enriquecendo nossa economia.(Corsi 2000: 85)

Interessante notar a preocupação de Rubem em ressaltar, na crônica, a questão das dependências do mercado externo e, conseqüentemente, a nacionalização dos recursos do país. Tal temática foi recorrente na fala de Rubem ao pensarmos, também, na publicação de seu livro, *A Questão do Ferro* lançado naquele ano sob o pseudônimo de Roberto Miguel Couto. Estas temáticas se cruzam e se repetem ao longo de suas crônicas como se pode notar.

Aludindo claramente aos movimentos de extrema direita, Braga aproveitou-se dos acontecimentos para elogiar a democracia norte-americana e, ao mesmo tempo, em que critica as ideologias de “espírito” seus argumentos também servem de alerta para a situação que ocorria no Brasil. Nesta mesma perspectiva, outra crônica dedicada a comentar sobre a situação na qual se encontrava o México pós revolução. A situação democrática do país é ressaltada diversas vezes e foi o mote para a crítica da situação atual do país mesmo que indiretamente:

Mais uma revolução no México. Coisa sem importância - diz um jornal. De fato. Importante não é que haja uma revolução, ou duas revoluções ou três revoluções no México. Importante é que no México há uma Revolução. Na América Latina há poucos homens tão simpático como Lázaro Cardenas, esse general de cara de índio que é presidente do México. Ele não é destes que organizam formidáveis paradas em uniforme e governam com o machado na mão. É um democrata. Democrata de verdade, vido do meio do povo. **Não se considera semi-deus nem pensa que tem qualquer missão divina a cumprir. Sua missão é humana e ele a cumpre: melhorar a vida do povo mexicano. Longe de tratar o povo como um padrinho, um tutor, Cardenas não tem o habito de fabricar a opinião pública de cima para baixo.** Ele educa e obedece. Ensina o povo - e aprende com o povo. [...] Sob seu pulso firme - e, entretanto, leve - o México se transforma. Ele dá a toda a América um grande exemplo de democracia. (Braga, 1938j: 5)

A crítica ao nazismo e ao cerceamento da liberdade foi constante e a analogia com o Brasil foi feita da mesma forma. Aproveitando-se de um artigo de Almir de Andrade, o cronista teceu comentários sobre a recepção do nazismo no país:

Uma característica do fascismo é essa capacidade que ele tem de transformar em políticos militantes os homens mais estranhos ou avessos à política. No Brasil, nos Estados Unidos, em todo mundo, homens que vivem encerrados sem seus gabinetes de estudo ou laboratórios de análises deixa por um momento os livros e os provetas, interrompem as suas pesquisas e as suas leituras para dizer duras palavras de reprovação ao fascismo. Sábios, estudiosos, artistas, intelectuais, todas as expressões mais puras e valiosas da cultura mundial acusam o fascismo. Não é que esses homens sintam grande interesse pela política. É que o fascismo os obriga a reagir. Escravizando homens, ele também quer escravizar a cultura, a ciência, a arte. [...] Num país como o Brasil o nazismo só pode ser impopular. Aqui não há lugar para sudetos. Há, apenas os sudetos morais, como os integralistas e outros rapazes histéricos que vivem sonhando pecaminosamente com um "homem forte". Esses masoquistas morais sentem espasmos quando os jornais contam uma nova façanha do belo Adolph. Enfeitam o seu retratinho de flores e quase desmaiam de amor. Não sabem que este mundo é enganoso e que o amor é triste. A vida anda para frente: é,este, um seu defeito de nascença. E a História tem o excelente hábito de sossegar os leões..(Braga 1938k: 5).

O alerta mostrava que o regime não oprimia também o trabalho intelectual, que envolvia as artes, literatura e ciências. Assim, Braga procurou mostrar que este tipo de cerceamento não teria lugar no Brasil.

Conclui-se que as temáticas abordadas durante o ano de 1938 no *Gryhpo 7* foram diversas e que permitem vislumbrar como se dava a inserção de Rubem nos

dilemas do seu tempo. É possível afirmar a constante preocupação do cronista com relação aos acontecimentos que envolviam a ideologia de extrema direita, tanto com o que ocorria no exterior, mas, principalmente, a sua influência no Brasil. Seu distanciamento destes movimentos, bem como o integralismo, os ideólogos do regime estadonovista estiveram presentes nas entrelinhas de suas crônicas.

As características aparentes da crônica, com sua escrita aparentemente simples e temas banais do dia-a-dia, não devem enganar: a leitura atenta mostra que o cotidiano é o mote para tratar de outros assuntos, com significativa elaboração da crítica e capacidade analítica que não é, necessariamente, menor do que a presente em outros gêneros textuais que compõem os jornais - artigos, reportagens, entrevistas e editoriais.

Assim, o conjunto de crônicas publicadas em O Imparcial representa uma importante contribuição para a fortuna crítica do escritor Rubem Braga, já que estas, além de outras séries de colaborações datadas do mesmo período em que escreveu em Grypho 7 ainda não foram sistematicamente organizadas e publicadas em livro.



Figura I: Capa O Imparcial, novembro de 1938.

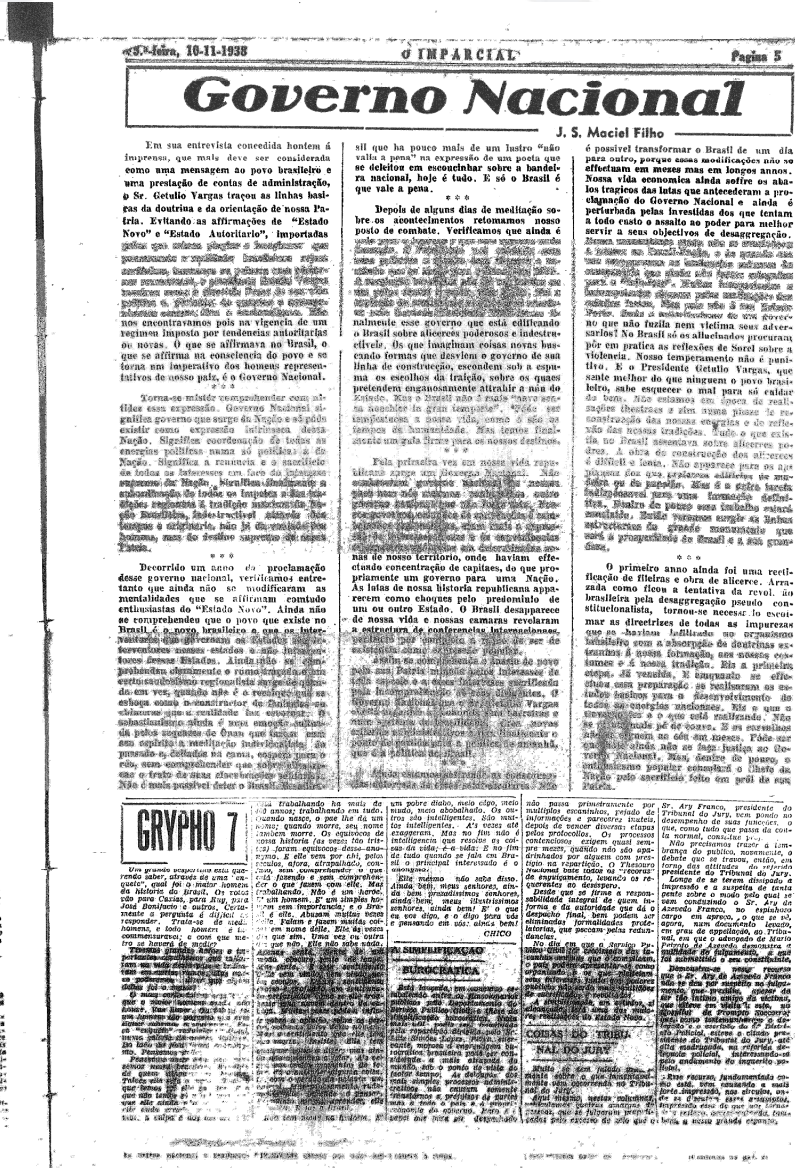


Figura II: Seção Grypho 7, novembro de 1938

1.1 A crônica de Rubem Braga: Nem tão ao rés-do-chão

Até quem não sabe é influenciado por ele (Rubem Braga). De Paulo Mendes Campos a Nelson Rodrigues – quando escrevia crônicas esportivas. Quando escrevo, eu dialogo com ele, pego emprestadas algumas frases e faço uma espécie de contestação. Ele escreve sobre borboletas e eu quero falar mais de futebol. Mas sempre é uma homenagem.

(Xico Sá)

O trecho acima, extraído de uma entrevista com o escritor Xico Sá, um dos cronistas de maior destaque da atualidade, colunista dos jornais *Folha de S. Paulo*, *Diário do Nordeste*, e *Correio da Bahia*, traz comentários a respeito de outro grande cronista, Rubem Braga. Vale lembrar que o ano de 2013 é o do centenário de seu nascimento, estando previstos eventos e homenagens para quem foi, por excelência, um cronista. No entanto, é importante ressaltar que o gênero ao qual Rubem Braga

dedicou-se durante quase sessenta anos nem sempre foi reconhecido nos círculos e meios literários. Mesmo a crônica tendo sido escrita e praticada por muitos escritores desde o século XIX, sua consagração como gênero literário propriamente e sua legitimação no cânone pela crítica ocorreram na segunda metade do século XX.

A palavra crônica vem de *kronos*, divindade grega que personifica o tempo, uma vez que esse tipo de escritura está intimamente ligado à cronologia. O nascimento da crônica como a conhecemos hoje – texto literário ligado ao jornal e que registra, aparentemente sem maiores pretensões, os acontecimentos do dia-a-dia, aliados a comentários pessoais e subjetivos, – originou-se no século XIX e foi contemporâneo do folhetim, tendo como espaço o rodapé das páginas dos diários.

Na França, a fórmula folhetim foi atribuída a Émile Girardin no seu *La Presse* (1836), que abrigava textos de natureza variada, como cartas de leitores, anúncios, programas de espetáculos, críticas, piadas, além do romance-folhetim e do folhetim-variedades, que fizeram a fama desta rubrica. O primeiro reproduzia fragmentos de um romance, cuja narrativa era interrompida no seu ápice, com o aviso “continua na próxima edição”, estratégia eficiente para a venda dos exemplares. Já no folhetim-variedade deu-se a gênese da crônica.

Vale ressaltar que, nos dicionários franceses do século XIX, a *chronique* era definida como “écrits au jour le jour, publiés par les journaux, et qui sont pour ainsi dire le reflet heure par heure de l’avie courante,” (Therenty 2011: 235-236) e já na segunda metade do século XX, a rubrica ganhou novos contornos, sendo concebida como “article de jornal ou de revue, émission radiodiffusée ou télévisée consacrés quotidiennement ou périodiquement as des informations, des commentaires d’un certain ordre.”

Nota-se que a definição de crônica, independente do período de escrita dos verbetes, esteve sempre ligada a noção de tempo, do cotidiano. No entanto, a composição da rubrica no século XIX estava ancorada especialmente no sentido de um relato escrito ou até mesmo de comentários acerca da vida cotidiana. Já o verbebo que compõe a definição de *chronique* na centúria seguinte remete a uma concepção mais contemporânea da palavra e permite observar alguns elementos que foram incorporados a rubrica ao longo dos anos. De simples relato dos fatos e notícias do dia-a-dia, a crônica se desdobrou numa seção de jornal específica e, principalmente num tipo de literatura.

Condição principal que dota a crônica de literariedade e que, por sua vez, legitima-a como gênero, é o lirismo que a envolve. Muito embora o mote inicial do cronista seja comentar a novidade do momento, por meio do seu olhar, o texto pode ganhar traços de maior ou menor intensidade lírica. Foi justamente a articulação entre a apresentação das problemáticas do cotidiano e o lirismo poético que deu a crônica um novo status literário (Simon 2008: 161-172) .

O seu reconhecimento como gênero, porém, não a levou de imediato a elevação ao cânone pela crítica literária, e nem mesmo a própria nomeação de gênero foi reconhecida inteiramente pelos críticos, o que por muito tempo levou a crônica a ser nomeada como “gênero menor” quando comparada a um romance, por exemplo.

Assim, o acesso da crônica à cidadania literária ocorreu apenas na segunda metade do século XX e, não por acaso, esta intimamente ligada a dois fatores que se articulam: o crescimento da publicação de livros de crônicas e um contexto maior,

que engloba a quebra de paradigmas que conduzem a teorização das humanidades: na área das Letras, com a revisão do cânone literário e na História graças à ampliação da noção de documento.

Foi durante a década de 1950 e 1960 que alguns dos principais cronistas em atividade, como o próprio Rubem Braga, Carlos Drummond de Andrade, Lêdo Ivo, Fernando Sabino e Eneida de Moraes tiveram diversos livros de crônicas publicados. O sucesso editorial alcançado chamou a atenção da crítica, tendo sido nesse momento que surgiu o primeiro estudo teórico sobre a crônica.

Nas décadas seguintes foram vários os estudiosos que se debruçaram sobre a crônica e suas especificidades, Afrânio Coutinho, Davi Arrigucci Junior, Marcelo Coelho e Antônio Candido, o que evidencia o espaço obtido pelo gênero junto à crítica e nas histórias literárias.

Enquanto a literatura incorporava outros tipos de formas de escrita a historiografia também ampliava e mudava a perspectiva do sentido de documento. No mesmo sentido caminhavam os estudos historiográficos que, na década de 1970, propunham novas perspectivas para os estudos históricos e alteravam a concepção de documento. Tais mudanças trouxeram uma renovação epistemológica em áreas de interesse dos historiadores.

Assim houve esforço entre os historiadores em legitimar a crônica como documento e não apenas com um simples relato do cotidiano. Ao analisar textos escritos por cronistas do Rio de Janeiro, Margarida Souza Neves procura definir as crônicas como documentos carregados do testemunho contemporâneo e passíveis de interpretação:

Existem, no entanto, outras possibilidades de abordar a crônica do ponto de vista da História que não aquele de tratá-las como documentos no sentido positivista do termo. De uma forma muito particular as crônicas recolocam a seus leitores a relação entre a ficção e a História. [...] Documentos, portanto, porque se apresentam como um dos elementos que tecem a novidade desse tempo vivido. Documentos, nesse sentido, porque imagens da nova ordem. Documentos, finalmente, porque monumentos de um tempo social que conferirá ao tempo cronológico da passagem do século no Rio de Janeiro uma conotação de novidade, de transformação, que cada vez mais tenderá a se identificar com a noção de progresso. [...] é enquanto se apresentam como imagens de um tempo social e narrativas do cotidiano, ambos considerados como construções e não como dados, que as crônicas são aqui consideradas como “documentos” (Neves 1992: 148).

Dessa forma a crônica, como outros documentos, também não pode ser considerada como uma mera listagem de fatos, posto que é dotada de historicidade e, desta forma, não deve ser encarada de forma isolada do contexto e do suporte ao qual pertence. Ainda nesta perspectiva, por meio de análises mais detidas, pode-se afirmar que, do comentário aparentemente sem intenção ou até mesmo descritivo, é possível extrair testemunhos para a escrita da história.

Envolvida nas incertezas e indeterminações do momento em que são produzidos, os textos das crônicas podem ser, mais uma vez, legitimados como forma de “historiar” assuntos e temas que podem parecer simples. “[...] Não são muitas as fontes em que o historiador encontrará com tanta transparência as sensibilidades, os sentimentos, as paixões de momento e tudo aquilo que permite identificar o rosto humano da história” (Chalhoub 2001: 25).

Embora com “tanta transparência”, como qualquer outro tipo de fonte, o historiador deve interpretá-la com cautela e atentar para algumas armadilhas que possam estar envolvidas nos conteúdos da crônica. Cabe ao historiador levar a cabo análise mais detida do texto, a fim de não se limitar a reproduzir o conteúdo da crônica que analisa.

O cronista observa e seleciona certas temáticas entre os acontecimentos políticos e sociais e os registra em suas crônicas, que não são levantados sem alguma intenção, e o faz para permitir o diálogo e o debate com o público leitor:

Por mais banais que fossem para os contemporâneos, a especificidade dos temas coloca, ao leitor de hoje, a necessidade de uma cuidadosa operação exegética para decifrar e decodificar os seus termos. Só assim será possível relacionar definitivamente tais textos à realidade que é, a uma só vez, a sua matéria-prima e horizonte de intervenção (Chalhoub 2001: 12).

A “operação exegética”, que Chalhoub aponta neste trecho, constitui-se em levar em conta a dinâmica interna e externa da crônica, de modo que o historiador não corra o risco de uma interpretação positivista ou se limitar a parafrasear o conteúdo ali contido. Seja no caso de crônicas em séries, ou nas singulares, a premissa é a mesma: “a crônica é gênero imerso na indeterminação de sua época, na incerteza da história vivida. Ela depende da interlocução imediata com outros textos, discursos, gestos.” (Chalhoub 2009: 235). Trata-se de não tomar a crônica em separado do suporte ao qual ela pertence tampouco desconsiderar a dinâmica que a envolve.

Somente ao analisarmos e articularmos estes escritos num contexto mais amplo é que será possível aproximar o conteúdo da realidade tratada num dado momento. Assim, as crônicas:

[...] precisam ser analisadas por inteiro, em busca do temário do narrador, das continuidades e rupturas no seu modo de ver as cousas: cada peça ou crônica específica é unidade indivisível, ainda que tecida de fragmentos diversos, pois, via de regra o raciocínio do narrador apresenta um fio condutor possível de discernir, já que guarda regularidades de visada e meneios retóricos previsíveis. (Chalhoub 2009: 236)

Em resumo, as crônicas devem ser vistas pelo historiador como um meio de ampliar aquilo que o cronista, no exato momento em que escreve e por isto estreitamente ligado ao imponderável do cotidiano, não consegue distinguir.

A partir destas considerações, julga-se relevante a análise das características e das problemáticas em torno da crônica durante as décadas de 1930 e 1940, momento privilegiado do presente artigo.

Faz-se importante observar que até mesmo na França, onde se deu a sua gênese, a *chronique* adaptou-se e transformou-se no interior do chamado rodapé dos jornais e ganhou características particulares. No Brasil, sem negar a importância que alguns escritores de destaque deram ao gênero da crônica num período anterior, caso, por exemplo, de Machado de Assis, João do Rio e Humberto de Campos, entre os estudiosos do tema é comum afirmar que foi durante a década de 1930 que a crônica, já imbuída de características próprias, consolidou-se e firmou-se como gênero no Brasil.

Acrescentava-se ao seu estilo a articulação entre a narração dos acontecimentos do cotidiano da vida moderna, das cidades, do processo de urbanização e industrialização, ao mesmo tempo em que se buscava a experiência de outros tempos, remontando ao passado colonial ao estilo do narrador oral, o dito contador de “causos”. O gênero ganhava força e tomava corpo de acordo com as referências literárias do período, marcado pelo modernismo:

Provinciana e moderna a uma só vez, a crônica modernista revela uma tensão contínua entre tempos diversos e espaços heterogêneos, fundindo numa liga complexa componentes discrepantes, provenientes de formas distintas, mas mescladas. (Arrigucci Jr. 1985: 51)

Assim, muitos foram os escritores que se voltaram à crônica neste período, caso de Oswald de Andrade, Alcântara Machado, Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes, Eneida de Moraes, Manuel Bandeira, o que indica que a crônica também ocupou espaço relevante em meio às mudanças do período e, mais do que isto, seu estilo e suas temáticas articulavam-se, como é próprio de sua natureza, aos acontecimentos da época. A escrita da crônica, alinhada as tendências de outros gêneros como o ensaio, moldava o gênero e lhe acrescentava novas características:

[a crônica] se tornava um campo de experimentação de uma linguagem mais desataviada, flexível e livre, adequando-se à necessidade de pesquisa da realidade brasileira que passara da Revolução de 1930, e atingia, por essa via simples, também a consciência do grande público nos jornais (Arrigucci Jr. 1985: 51)

Na mesma direção, Antonio Candido destacou a importância da década de 1930 para os caminhos que levaram à modelação da crônica, tal como a conhecemos nos dias de hoje:

Acho que foi no decênio de 1930 que a crônica moderna se definiu e consolidou no Brasil, como gênero bem nosso, cultivado por um número crescente de escritores e jornalistas, com os seus rotineiros e os seus mestres. Nos anos 30 se afirmaram Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, e apareceu aquele que de

certo modo seria o cronista voltado de maneira exclusiva para este gênero: Rubem Braga. (Candido 1992: 17)

Conclui-se que este período testemunhou o crescimento e o amadurecimento dos gêneros literários, principalmente a crônica. Muito embora permeado por um contexto marcado pela falta de liberdade, controle e censura da informação, cabe destacar a importância da produção literária desse período. Pretende-se, portanto, analisar sistematicamente as crônicas de Rubem Braga e o contexto no qual foram publicadas, no caso particular do jornal *O Imparcial*.

RUBEM BRAGA AND THE CHRONICLES PUBLISHED AT *O IMPARCIAL* IN 1938

Abstract: This article aims to analyze the chronicles published by Rubem Braga during the Estado Novo. The writer's collaboration during this period was extensive and concentrated mainly in magazines of leftist character who opposed Getúlio Vargas. However, the collaboration in a newspaper aligned with government policies draws attention: posting under the pseudonym of Chico, Rubem wove criticisms and comments to political and social condition of the time. Therefore the objective is to analyze how such comments were made under constant surveillance of censorship.

Keywords: Rubem Braga; chronicle; censorship; Estado Novo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ARRIGUCCI JUNIOR, Davi. Fragmentos sobre a crônica. In: *Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade*. Sessão de Promoção Cultural, São Paulo, v. 46, nº 1/4, 1985.

CARVALHO, Marco Antônio de. *Rubem Braga: um cigano fazendeiro do ar*. São Paulo: Globo, 2007.

CHALHOUB, Sidney. A crônica machadiana: problemas de interpretação, temas de pesquisa. In: *Revista Remate de Males*, n. 29(2). Jul/dez, 2009.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

CORSI, Francisco Luiz. Política Externa e Desenvolvimentismo no Estado Novo. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, 2007, v. 13, n.2, p. 254.

_____. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: EDUNESP, 2000, p. 85.

GOMES, Ângela de Castro; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

NEVES, Margarida Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, A. et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

_____. História da crônica. Crônica da História. In: RESENDE, Beatriz. *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

SÁ, J. de. *A crônica*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1997.

SÁ, Xico. Sobre Rubem Braga: Até quem não sabe é influenciado por ele. In: Colherada Cultural. Disponível em: <http://www.colheradacultural.com.br/content/xico-sa-sobre-rubem-braga-ate-quem-nao-sabe-e-influenciado-por-ele.php>, publicado originalmente em 19 maio de 2012; acesso em 20/10/2012.

SIMON, Luiz Carlos Santos. Rubem Braga e a arte do cotidiano. *Itinerários*. Araraquara: n. 16, 2008.

_____. *Duas ou três páginas despretensiosas. A crônica, Rubem Braga e outros cronistas*. Londrina: EDUEL, 2011.

THERENTY, Marie-Eve. *La littérature au quotidien. Poétiques journalistiques au XIXe siècle*. Paris: Editions du Seuil, 2011.

FONTES:

BRAGA, Rubem. Crônica Inacabada. *Revista Acadêmica*, s/p, n. 45, ago, 1939.

Grypho 7, p. 5, n. 1010, 9 set 1938a.

Grypho 7, p. 5, n. 1033, 6 out 1938b.

Grypho 7, p. 5, n. 1092, 15 dez 1938c.

Grypho 7, p. 5, n. 1060, 8 nov 1938d.

Grypho 7, p. 5, n. 1072, 22 nov 1938e.

Grypho 7, p. 5, n. 1071, 20 nov. 1938f.

Grypho 7, p. 5, n. 1079, 30 nov 1938g.

Grypho 7, p. 5, n. 1063, 11 nov 1938h.

Grypho 7, p. 5, n. 1063, 11 nov 1938i.

Grypho 7, p. 5, n. 1043, 18 out 1938j.

Grypho 7, p. 5, n. 1022, 23 set 1938k.

ARTIGO RECEBIDO EM 08/03/2013 E APROVADO EM 27/04/2013